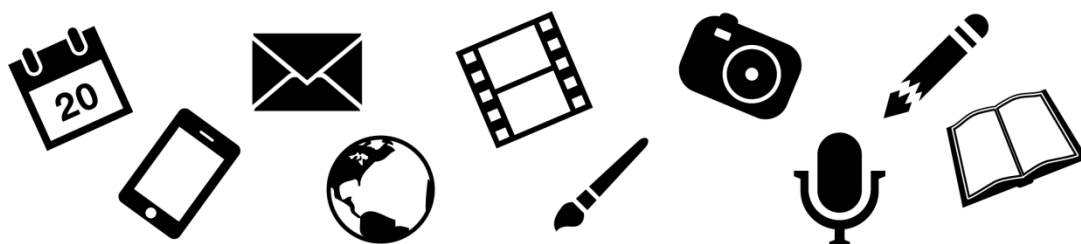




**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



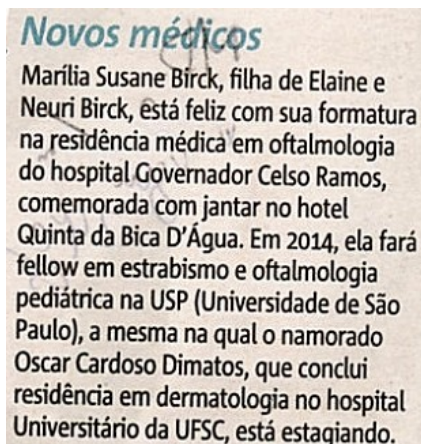
Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

**21, 22, 23, 24, 25 e 26 de dezembro
de 2013**

Notícias do Dia – Luiza Gutierrez

“Novos médicos”

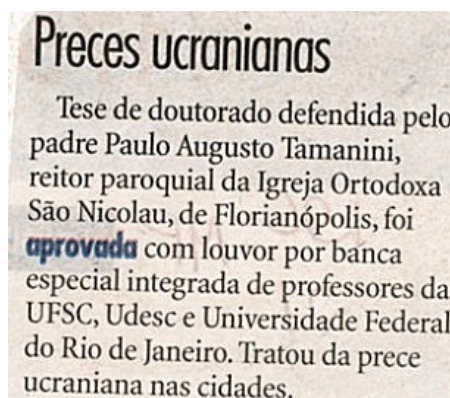
Marília Susane Birck / Residência médica em oftalmologia / Hospital Governador Celso Ramos / USP / Oscar Cardoso Dimatos / Residência em dermatologia no Hospital Universitário da UFSC



Diário Catarinense – Moacir Pereira

“Preces ucranianas”

Padre Paulo Augusto Tamanini / Reitor paroquial da Igreja Ortodoxa São Nicolau / Florianópolis / Tese de doutorado sobre a prece ucraniana nas cidades / Banca especial com professores da UFSC, Udesc e UFRJ



Diário Catarinense – Cacau Menezes

“Desigualdades”

Editora da UFSC / Livro *Os Herdeiros: Os Estudantes e a Cultura* / Pierre Bordieu / Jean-Claude Passeron



Legalização do comércio e consumo recreativo da maconha no Uruguai / Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas / Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes da ONU / Professor do Departamento de Farmacologia da UFSC, Reinaldo N. Takahashi

Cultura

DIÁRIO CATARINENSE

SÁBADO, 21 DE DEZEMBRO DE 2013

Edição: Marcos Espindola > (48) 3216-3591 > E-mail: variedades@diario.com.br > Diagramação: Ronald Baptista

Guria, eu vou pra Montevideú...

A legalização do cultivo, comércio e uso recreativo da maconha no Uruguai é uma experiência corajosa, mas sem prognósticos de sucesso e fracasso total

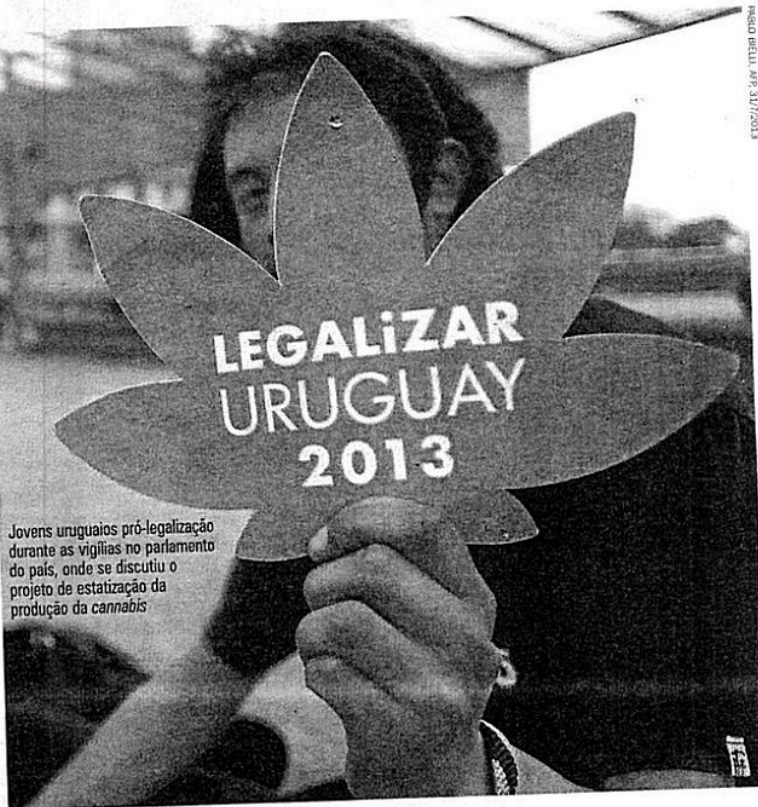
POR REINALDO N. TAKAHASHI *

Parodiando o título de uma antiga matéria da *Folha de S.Paulo* sobre o sempre polêmico tema de proibição ou legalização da maconha no Brasil, lanço a pedido do DC meu olhar de pesquisador sênior da UFSC sobre a histórica e surpreendente decisão da legalização do cultivo, comércio e uso recreativo da *cannabis* no vizinho Uruguai, se igualando à conduta de alguns países evoluídos, modernos e civilizados. Em 1996 o Estado americano da Califórnia decidiu em plebiscito o uso medicinal da *cannabis* e recentemente a liberação foi aprovada nos Estados do Colorado e Washington. Curiosamente, no geral os EUA continuam sendo um país extremamente proibicionista e legalista com a maconha. Enquanto isso, aqui na terra do Carnaval, samba-axé e Copa do Mundo, o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas está protelando a votação desde 2010 de uma proposta de criação de uma Agência Brasileira para Cannabis Medicinal para pesquisar e regulamentar os usos medicinais de derivados da maconha, preocupado talvez que isto provoque o liberou-geral da erva no país.

No Uruguai, o presidente José Mujica e os políticos do Senado possivelmente tomaram a decisão pró-legalização da maconha convencidos da ideia da redução da violência causada pelo tráfico, redução dos danos à saúde, sem o temor da explosão de consumo e por que não na geração de receitas governamentais através da taxa do cultivo e venda da *cannabis*. É evidente que a decisão contou com oposição de vários políticos e parte da população local contra tal experiência, com o receio que o país se torne uma espécie

de “cobaia” ou um centro de consumo da droga. Aliás, mesmo que o Uruguai seja um país pequeno, população em torno dos 3,3 milhões, com aspectos culturais, sociais e econômicos diferenciados dos demais *hermanos* do Cone Sul, precisa ficar claro que a tal estatização da produção e comercialização da *cannabis* será sim uma experiência corajosa, mas como tal sem prognósticos de sucesso ou fracasso total. Assim, já no *day after* da decisão, as mais diferentes manifestações estão acontecendo; A mais ameaçadora veio da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes da ONU, lamentando a legalização e que a decisão viola as normas internacionais. Outras manifestações oportunistas: consultas nas chancelarias uruguaias para se saber dos eventuais direitos de novos/futuros residentes no Uruguai e outros temores, como do governo brasileiro, com a influência do aval à droga no país vizinho; a possibilidade do turismo da maconha ou narcoturismo (novos *free shops* naturais?); tudo mais acessível geograficamente aos vizinhos gaúchos, cujos procedimentos aduaneiros certamente serão reformulados ou mais controlados, e os internautas de ocasião ironizando o limite reduzido de compra máxima de 40 gramas mensais da maconha ou da produção doméstica de somente seis mudas da *cannabis* – além do extremo da regulamentação estatal, todos os usuários devem ser cadastrados, isto é, Montevideú vai ter um cadastro oficial de maconheiros. Já pensou se a moda pega e todos os consumidores de álcool precisem do mesmo tipo de registro para o *happy hour*?

A *cannabis*, ao longo de milênios também reconhecida por suas propriedades terapêuticas e seu uso medicinal, avança nos EUA, Canadá e em outros países.



Jovens uruguaios pró-legalização durante as vigílias no parlamento do país, onde se discutiu o projeto de estatização da produção da *cannabis*

É crescente a literatura científica mostrando a eficácia da maconha no tratamento de glaucoma, asma, dor crônica, espasticidade, ansiedade traumática e dificuldades resultantes de quimioterapia, como náusea e perda de peso. Como todo o medicamento já disponível, eventuais medicamentos cannabinoides não devem funcionar com a mesma efetividade para todos os pacientes e podem induzir efeitos colaterais. E mais relevante ainda nesta conjuntura, o uso medicinal não deve ser assumido como um aval ou bandeira para a liberação ou legalização do uso recreativo para a maconha.

Lembrando que o chamado uso recreativo da *cannabis* continua crescente em diferentes países a despeito das legislações mais ou menos draconianas, das evidências recentes de seu potencial para a dependência, particularmente em jovens, e sua propensão para causar surtos psicóticos em pessoas suscetíveis, parece evidente a necessidade de uma discussão e implementação de nova regulamentação na política sobre o uso de drogas no Brasil, sem se influenciar na decisão do vizinho, sem posturas obscurantistas ou posicionamentos pautados em ideologias, usando enfim mais co-

nhecimento e sabedoria e menos conflito de interesses. Mas mesmo sendo pesquisador de uma área específica reconheço que o nosso país tem outras mazelas profundas e prioritárias como na educação e na assistência à saúde básica da população.

* É professor titular do Departamento de Farmacologia/CCB da UFSC e pesquisador do CNPq

diario.com.br

> Leia o artigo e debata o tema na seção Cultura no site diario.com.br/variedades

REINALDO N. TAKAHASHI, 21/12/2013

“A quem pertence o espaço público?”

Moradores de rua / Desconforto na população / Identidade / Criminalização / Bairro Canasvieiras / Protestos / Secretário de Assistência Social, Alessandro Abreu / Tratamentos compulsórios / Mestre em Antropologia Social pela UFSC, Gabriel Rosa

Cultura

A quem pertence o espaço público?

Os recentes protestos contra a presença de moradores de rua no bairro de Canasvieiras, em Florianópolis, evidenciam a estranheza que praticamente todos os setores da sociedade têm em relação ao assunto

POPULISTA

Marcelo Azeiteiro

Estima-se que 350 pessoas se encontram na chamada “situação de rua” na Capitã



POR GABRIEL ROSA *

Enquanto aguardava o lanche ficar pronto na barraca de cachorro-quente na Trindade, em Florianópolis, o casal dividia uma garrafa de refrigerante de dois litros. Um homem aparentando cerca de 60 anos, com a imagem mais estereotipada de um morador de rua – cabelo desgrenhado, roupas sujas, meio bêbado – aproximou-se e pediu um copo a eles, com uma reverência até mesmo exagerada. Embora se tratasse de um estabelecimento a céu aberto, desses sem paredes e com cadeiras de plástico na rua, o homem sabia que era indesejado e manteve distância das mesas para evitar que sua presença se tornasse ainda mais evidente.

Quando o casal lhe informou que ele precisaria pedir um copo no balcão, se instaurou um cenário constrangedor para todos os presentes: a mulher que preparava os lanches não queria dar um copo para ele, porque “se dá para um, logo vêm todos”, repetindo alto o bastante para que todos ouvissem. Os donos do refrigerante ficaram com vergonha e não quiseram intervir, enquanto o atendente não sabia se dava o copo ou não, aparentemente com pena e ao mesmo tempo preocupado com a opinião da chefe. Após um ou dois minutos de discussão, o homem – acanhado, ainda sem entrar no espaço das mesas da lanchonete – conseguiu o copo de plástico, encheu, agradeceu e foi embora por uma rua próxima.

A simples presença das pessoas sem moradia fixa costuma ser vista com desconforto pela população em geral. Avesos à mídia, às pesquisas acadêmicas e aos censos, os moradores de rua sequer constam nas informações do IBGE, que contabiliza os brasileiros dividindo-os por domicílios. Qualquer estimativa se torna ainda mais imprecisa quando se leva em conta a quantidade de pessoas que permanece em constante movimentação, de cidade em cidade, de país em país.

Realizei uma pesquisa com parte dessa população no mestrado em Antropologia Social da UFSC entre 2011 e 2013, quando passei pelo menos um mês em contato direto com moradores de rua no Centro de Florianópolis, além de um longo período de outros contatos, visitas a pontos frequentados por eles, almoços comunitários ou simples passeios pelo ambiente noturno da Capital.

O primeiro preconceito que cai ao chão quando a gente se aproxima de alguém que usa a rua como moradia

é a fantasia de uma identidade única. A noção de “morador de rua” é considerada bastante imprecisa, já que a maioria deles possui uma longa história de idas e vindas. É por essa razão que parte das entidades sociais e pesquisas acadêmicas preferem usar o termo “em situação de rua” – alguém que está, e não que pertence a uma determinada condição.

Na linguagem cotidiana, “morador de rua” vira sinônimo de “mendigo” ou de “andarilho”, embora uma coisa não implique outra. Cada pessoa que conheci durante a pesquisa encontrava uma maneira diferente de permanecer na rua: pedindo dinheiro, lavando e cuidando de carros, juntando latinhas, vendendo artesanato ou pinturas e fazendo o meio de campo entre traficantes e usuários com medo de subir o morro. Alguns apelam a assaltos, enquanto outros se sentem humilhados até mesmo em esmolar, vivendo apenas de pequenos bicos – pintor, jardineiro, latoeiro, pedreiro.

Os que trabalham mais duro, obviamente, são aqueles que precisam de mais dinheiro: os dependentes químicos. A vida é agitada quando se precisa dos constantes estímulos que algumas substâncias proporcionam. Como meu trabalho trata justamente das formas de subsistência de quem mora na rua, achei prudente me aproximar desse grupo específico no Centro de Florianópolis.

Uma das primeiras pessoas que conheci na rua, um rapaz de 25 anos, havia saído de Porto Alegre, mas chegando em Florianópolis começou a “aprontar”, como me disse. Fumava crack e não tinha nenhum pudor em falar disso, apesar de sempre comentar o assunto num tom sério, e não com orgulho ou achando graça. Em 2012, já morava há dois anos na rua, mas ainda se impressionava com o quanto o ser humano se acostuma a tudo: dormia em qualquer lugar, comia o que os restaurantes davam na hora de fechar e fazia vários bicos pela rua durante a madrugada.

– Não importa como ou quanto eu ganhe, vai tudo para crack e pó. Beber, eu não bebo quase nada; meu negócio é a pedra e a cocaína. Nesse fim de semana fiz um corre para uns playboys, ganhei R\$ 150. Cheirei tudo, comprei umas buchas enormes e acabei dormindo na rua de novo.

Embora pelo menos 10% da população brasileira seja considerada alcoolatra e 15% tabagista, o poder do vício ainda parece ser uma grande surpresa para nossa sociedade. Já para os usuários de crack, nenhuma novidade: absolutamente todas as pessoas com quem conversei sobre a

droga enfatizaram os perigos que rondam a dependência química. Um usuário me fez prometer que jamais fumaria crack, e mais tarde me deu um livro com uma dedicatória repetindo a orientação.

– Ver a minha filha nascer havia sido a maior emoção da minha vida, até fumar crack pela primeira vez. Fui expulso de casa pela minha esposa e agora estou tentando voltar – confessou um andarilho que passava por Florianópolis em 2010, comemorando os seis meses longe da droga.

Acompanhei moradores de rua em todo o tipo de situação cotidiana, e embora vários deles infringissem a lei com frequência, é impossível generalizar um universo tão complexo como este ou recomendar tratamentos compulsórios, como se ouvissem em meio aos recentes protestos de Florianópolis. Criminalizar as pessoas que evidenciam a maior ferida da modernidade é tomar a consequência como causa, tentar curar uma doença grave tomando remédios para dor de cabeça.

Nas últimas semanas, criou-se uma forte discussão a partir do discurso incisivo de alguns manifestantes em Florianópolis, mas as grandes cidades brasileiras enfrentam o mesmo dilema interno há décadas. Atualmente, são cerca de 350 moradores de rua na capital catarinense, como afirma o secretário de Assistência Social, Alessandro Abreu. A estimativa é que cheguem mais 150 na temporada, principalmente artistas de rua.

A antropóloga Simone Frangella explica como a cidade de São Paulo já utiliza artimanhas para manter moradores de rua em constante circulação desde o começo dos anos 1990: bancos de ônibus em que é difícil se deitar, iluminação de becos vazios, pisos irregulares embaixo de viadutos – elementos da técnica que ficou conhecida como “arquitetura antimendigo”.

O poder público, sem ter muito o que fazer, colabora com o jogo de empurra-empurra. Como agir diante de um morador de rua que não quer receber nenhum tipo de intervenção? Interná-lo à força num albergue? Ressuscitar a antiga lei contra “vadiagem” de 1941, que prendia desempregados ociosos que permaneciam em lugares públicos? Tais opções batem diretamente contra os direitos constitucionais, mas a pressão popular é forte e o poder público se vê obrigado a resolver instantaneamente um problema histórico e global.

A Cracolândia, na capital paulista, é o maior exemplo recente desse disfarce da trágica realidade urbana. Desde

2005, a prefeitura vem retirando moradores de rua, prostitutas, catadores de latinha e usuários de crack do local com o propósito de revitalizar a área. O principal resultado da operação é a migração de todas essas pessoas para regiões próximas, e nenhuma melhoria real na qualidade de vida delas.

Há dois anos, conheci um homem que havia dormido nas ruas de Florianópolis por 15 dias. Eram duas da tarde de uma segunda-feira quando conversávamos. Inocentemente, perguntei se a polícia o encaminharia a outro lugar caso os encontrassem deitados naquela hora perto da Praça XV, no centro da cidade.

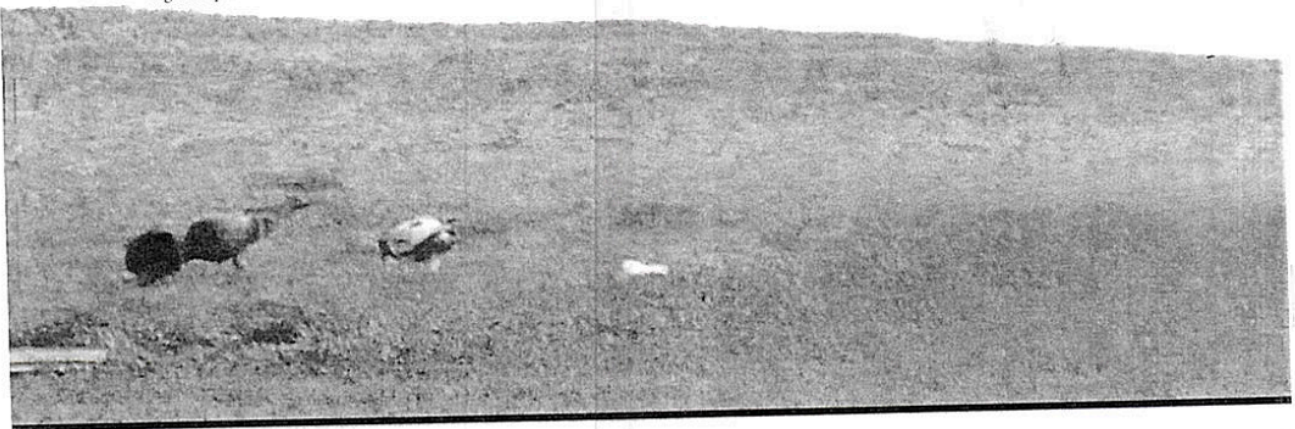
– Encaminhar? Eles dão é um corre na gente! Falam “some daqui, senão vai ver só”. Tem um cara dormindo aqui atrás de uma árvore agora. Se a polícia vier, logo correm com ele daqui da praça.

Uma ambígua rede de compreensão e repulsa também ajuda a manter as pessoas circulando de um lado para o outro pela cidade. Era comum conhecer homens que andavam quilômetros no mesmo dia atrás de um almoço comunitário na Catedral Metropolitana do Centro, um banho na casa de alguém na Trindade, atendimento no posto de saúde em Coqueiros. Na hora de dormir, sempre o mesmo dilema: andar mais duas horas até um local onde guarda suas coisas, escondido no mato, ou deitar em qualquer lugar, sujeito a ser roubado durante o sono ou acordar apanhando?

É conhecido que inúmeras prefeituras facilitam como podem a concessão de passagens para que moradores de rua voltem a seus locais de origem. Entretanto, a lenda dos ônibus cheios de mendigos sendo enviados para longe serve apenas para demonstrar o caráter passivo que tal personagem assume nas discussões sobre liberdade individual e autonomia. Uma afirmação como essa pressupõe que um morador de rua seja incapaz de tomar decisões por conta própria, enquanto, na verdade, a movimentação é tão constante no universo deles que existe até mesmo uma expressão para quem não sai da estrada: trecheiros.

Florianópolis é uma cidade que não vive um abismo tão grande entre o poder institucional e os indivíduos marginalizados, como já acontece nas grandes capitais brasileiras, mas tem caminhado nessa direção. É urgente parar de ver o meio urbano como uma guerra e entender o risco de determinar quem pode (e como pode) usar o espaço público.

* Repórter do DC e mestre em Antropologia Social pela UFSC



Diário Catarinense – Cacau Menezes

“Presépio”

Praça XV / Centro da Capital / Presépio realizado por Jone Cezar de Araújo / Franklin Cascaes / UFSC / Museólogo Gelci José Coelho, o Peninha

Presépio

Mesmo na correria de final de ano, vale a pena circular com um pouco de calma pela Praça XV, no Centro da Capital, e ver o presépio realizado por Jone Cezar de Araújo. Na montagem, foram utilizados retalhos de tecidos, conchas, pedras e revistas. A decoração reaproveita ainda cacos de garrafas, cerâmicas e porcelanas domésticas, com peças coletadas há três décadas nas praias de Florianópolis. Iniciado por Franklin Cascaes na UFSC, o presépio natural chegou à Praça XV na década de 1970 por incentivo do museólogo Gelci José Coelho, o Peninha.

Diário Catarinense – Moacir Pereira

“Aeroporto”

Construção do acesso rodoviário ao Aeroporto Hercílio Luz / Ex-presidente do IPUF, Carlos Alberto Riederer / Quatro reitores da UFSC / Infraero

Aeroporto

Esta interminável novela da construção do acesso rodoviário ao Aeroporto Hercílio Luz está completando 12 anos. De acordo com o ex-presidente do IPUF, Carlos Alberto Riederer, envolveu até agora três governadores, três prefeitos, quatro reitores da UFSC e número elevado de presidentes da Infraero. Pelo andar da carruagem, o aeroporto ficará pronto, sem o acesso. Rapaziada competente!

Diário Catarinense – Moacir Pereira

“A educação e o presente de Natal”

Comunidade Mont Serrat / Padre Vilson Groh / Diego Nascimento dos Santos / Formatura no curso de Medicina da UFSC

A educação e o presente de Natal

Ele era um menino pobre, nascido na comunidade carente de Monte Serrat, na Ilha de Santa Catarina. Perdeu a mãe quando tinha apenas 8 anos de idade. A vó cuidou de sua formação, enfatizando sempre a importância do estudo.

Vizinho da capela de Monte Serrat, recebeu estímulos frequentes do pároco, padre Vilson Groh, o “sacerdote da favela”, que há quase 30 anos coloca todo dia chamadas de esperança nas crianças e jovens da região, com iniciativas premiadas, todas elas voltadas para a educação.

A comunidade vive há muito tempo o drama do tráfico de drogas, dos conflitos entre gangues. Mas o menino da favela não se deixou levar pelo dinheiro fácil, dedicando-se aos estudos.

Diego Nascimento dos Santos seria mais um doutor em medicina pela UFSC não fosse sua cor negra e sua origem humilde na comunidade de Monte Serrat. Para exemplo de seus vizinhos e amigos, orgulho dos colegas de faculdade que o transformaram num ícone durante os seis longos anos de ensino, Diego colou grau em medicina e agora é doutor, para justas celebrações de todos os

familiares, começando pelo pai Edison Martins dos Santos, e uma legião de amigos queridos, como o padre Vilson Groh.

Comovente também é saber que o jovem médico definiu como sua primeira prioridade oferecer um ano de trabalho voluntário numa comunidade carente em qualquer lugar do Brasil. Chegou ao podium com notas excelentes ao longo do curso. Emocionado, padre Vilson sentenciou:

– É preciso agarrar a esperança que está atrás dos outros jovens. A formatura de Diego é meu melhor presente de Natal.

Diário Catarinense – Diário do Leitor

“Beach clubs”

Beach clubs / Jurerê Internacional / Interesses dos ricos e poderosos / Privatização de trechos de praia e áreas de APP / TRF 4 / Professor da UFSC, Clarilton Ribas

Beach clubs

Durou pouco a sobreposição da lei aos interesses dos ricos e poderosos, mesmo quando privatizam trechos inteiros de praia ou áreas de APP. Mesmo tendo o TRF 4 estabelecido o óbvio, não deixa de indignar a incapacidade estrutural do Judiciário brasileiro em contrariar interesse de ricos e famosos. Impressiona também a velocidade estonteante do Judiciário em certos casos, o que faz Rousseau, Hobbes e Montesquieu morrerem mais um pouco. Terá fim esta miséria das instituições públicas brasileiras algum dia?

*Clarilton Ribas, professor da UFSC
Florianópolis*

Por acaso algum ilhéu em sã consciência tinha dúvidas que os populares *beach clubs* de Jurerê Internacional se manteriam fechados? Estádios de futebol reprovados em Santa Catarina? Também não vai dar em nada. O problema não está neles e sim nos bandidos que os frequentam.

*Walter Lemos Filho, consultor motivacional
Florianópolis*



Notícias do Dia – Cidade

“Índigenas reforçam invasão”

Índios da etnia Kaingang / Sem-teto / Ocupação de terreno na SC-401 / Bairro Vargem Pequena / Ocupação Amarildo de Souza / Juiz Fernando Vieira Luiz / Reintegração de posse / Empresa Florianópolis Golf Club Ltda / Ex-deputado estadual Artêmio Paludo / Comando da Polícia Militar / Estudantes universitários da UFSC

Índigenas reforçam invasão

SC-401. Juiz determinou a desocupação mas o grupo quer negociar uma solução

Um grupo de 52 índios da etnia kaingang se uniu aos sem-teto que ocupam terreno de 600 hectares, na SC-401, bairro Vargem Pequena. Em 11 dias de acampamento, ontem a ocupação denominada Amarildo de Souza, já contava com mais de 200 pessoas. Na semana passada, uma liminar assinada pelo juiz Fernando Vieira Luiz, da 2ª Vara Cível da Justiça de Santa Catarina, deferiu a reintegração de posse à empresa Florianópolis Golf Clube Ltda, do ex-deputado estadual Artêmio Paludo.

Na decisão, o juiz Fernando Vieira Luiz dá prazo de 15 dias para que os ocupantes saiam do terreno. O grupo enviou pedido de negociação ao Comando da Polícia Militar, para discutir uma solução para as famílias acampadas. Artêmio Paludo não foi localizado pela reportagem, ontem.

Os índios reclamam uma área para acampar e poder vender artesanato na cidade. Eles também afirmam que não tiveram apoio do poder público, por isso resolveram apoiar a ocupação na Vargem Pequena. “Queremos apenas um lugar adequado para poder trabalhar. O artesanato é a única fonte de renda para sobreviver. Vimos ajudar”, diz o cacique Roberto, 42.

Além dos índios, os sem-teto têm apoio de estudantes universitários da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina).

“Esse protesto é pelo direito a uma moradia digna. A UFSC possui 30 mil alunos, mas só tem moradia estudantil para 300. A ajuda que eles oferecem para o restante é insuficiente para poder pagar um aluguel próximo à universidade”, conta Caroline Bellaguarda, 28, do 5º semestre de ciências sociais.



ÁREA

Terreno de 600 hectares, na Vargem Pequena, foi ocupado há 11 dias



Arco e flecha. Cacique Roberto lidera grupo de 52 índios kaingang que se uniu aos demais acampados

CLIPPING DIGITAL

O clipping digital de 21, 22, 23, 24, 25 e 26/12/2013 será adicionado, junto com os subseqüentes, no mês de Janeiro de 2014